PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Altera a redação dos artigos 133 e 143 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre o pagamento do adicional de um terço sobre as férias nas hipóteses de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa e de conversão de dias de férias em abono pecuniário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 133 e 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 133.

.....
§ 5º Na hipótese do inciso III deste artigo, fica assegurado ao empregado o adicional de um terço sobre o salário normal, a que se refere o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal, o qual deverá ser pago ao se completarem os 30 (trinta) dias de paralisação. (NR)”

“Art. 143. É facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, acrescida de um terço.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2012, apresentei o Projeto de Lei nº 4.705/12 com o objetivo de alterar o art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para

estabelecer que o valor do abono de férias seria acrescido de um terço, a exemplo do adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal.

Naquela época, os juízes trabalhistas estavam divididos sobre assegurar esse direito ao trabalhador, com base na interpretação dos dispositivos legais. O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins, comungava do entendimento de que era devido o adicional de 1/3 sobre o valor do abono pecuniário:

RECURSO DE REVISTA. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. FORMA DE CÁLCULO. PROVIMENTO. 1. Conforme estabelece o art. 7º, XVII, da CF, é garantia do trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com o acréscimo de, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. Ademais, o art. 143 da CLT faculta ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. 2. -In casu-, o Regional consignou que o cálculo do terço constitucional de férias, tal como elaborado pela Reclamada, ao seguir as regras do seu manual normativo, era realizado em duas rubricas distintas, **implicando, portanto, uma diferença a menor no valor devido a título de abono pecuniário, impondo-se a obrigação de pagar as respectivas diferenças.** 3. Entretanto, não se pode dizer que o pagamento do terço constitucional sobre os vinte dias usufruídos de férias esteja equivocado ou implique prejuízo ao trabalhador, **desde que a remuneração do abono pecuniário, nos casos de venda das férias, contemple o valor correspondente à incidência do terço constitucional na remuneração dos dez dias vendidos**, tal como era realizado no presente caso, sob duas rubricas distintas, tendo a quitação da parcela, pelo empregador, sido feita de maneira correta, não havendo nenhuma mácula aos direitos do trabalhador, **encontrando-se devidamente respeitadas as disposições dos arts. 143 da CLT e 7º, XVII, da CF.** 4. Ora, como se observa, e na esteira de precedentes desta Corte, merece reforma o acórdão regional, a fim de restabelecer a sentença de origem e afastar a condenação imposta à Recorrente, relativa a diferenças de férias. Recurso de revista provido. (TST-RR-72100- 58.2011.5.13.0008, 7ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DEJT 11.5.2012) (grifos nossos).

Daí o motivo da nossa proposta, que visava a encerrar essa divergência, beneficiando o trabalhador.

Também em 2014, apresentamos o Projeto de Lei nº 7.989/14 (que foi apensado ao PL nº 4.705/12), com o objetivo de acrescentar parágrafo ao art. 133 da CLT para assegurar o direito à percepção do adicional de um terço sobre o salário normal na hipótese de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa. A questão vinha sendo enfrentada pela jurisprudência trabalhista beneficiando o trabalhador. Nesses termos é a seguinte decisão prolatada no processo E-ED-RR-175700-12.2002.5.02.04631¹ :

FÉRIAS NÃO GOZADAS. LICENÇA REMUNERADA SUPERIOR A TRINTA DIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. 1. *De conformidade com o artigo 133, inciso II da CLT, não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, desfrutar de mais de 30 dias de licença remunerada, iniciando-se o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado retornar ao serviço, após o período de licença (§ 2º do art. 133).* 2. **Ao assim dispor, a lei quis apenas evitar a duplicidade de gozo de férias conquistadas no mesmo período aquisitivo. A licença remunerada, contudo, não significa que o empregado não faça jus ao terço constitucional sobre a remuneração proporcional ao período de férias a que o empregado teria direito não fora a licença remunerada. Ao retirar o duplo gozo de férias, a lei não poderia subtrair-lhe também o acréscimo remuneratório contemplado no inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal. Essa não foi a intenção da lei, tanto que a Súmula nº 328 do TST assegura o terço constitucional mesmo em caso da remuneração atinente a férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não. Ademais, a não se interpretar assim a lei, haveria um indesejável estímulo a que o empregador frustrasse a aplicação do terço constitucional mediante a concessão de licença remunerada de 31 ou 32 dias.** 3. **Embargos de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento para assegurar o terço constitucional sobre a remuneração**

¹ Data de Julgamento: 29/05/2014, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 13/06/2014.

proporcional ao período de férias a que o empregado teria direito não fora a licença remunerada. (grifos nossos)

Em 3 de maio de 2017, os Projetos de Lei nºs 4.705/12 e 7.989/14 foram aprovados, por unanimidade, na forma de Substitutivo, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), nos termos do parecer do Relator, Deputado Assis Melo, que substituiu o Relator designado e autor do Substitutivo, Deputado Vicentinho.

Ocorre que, em 27 de fevereiro de 2018, as referidas proposições foram arquivadas por deferimento ao Requerimento nº 7.805, de 2017, do Deputado Rogério Marinho, alegando que elas e outras tantas continham matéria em desacordo com a Reforma Trabalhista aprovada em 2017, posição com a qual não concordamos, relativamente às nossas propostas.

Além disso, o TST², no último julgamento quanto a incidência de 1/3 sobre o abono pecuniário, em 2014, foi contrário à concessão desse direito ao trabalhador. A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais negou provimento a embargos interpostos por um empregado da Caixa Econômica Federal que pretendia que 1/3 de férias, garantido pela Constituição Federal a todo o trabalhador na época do descanso anual, incidisse também sobre os 10 dias de descanso não gozados e pagos pela empresa (abono pecuniário). O Ministro Lélcio Bentes Corrêa, relator dos embargos, explicou que, nos termos da Súmula 328, o terço de férias deve ser calculado sobre os 30 dias. *"O empregado não tem direito ao pagamento do terço constitucional sobre o abono de que trata o artigo 143 da CLT quando as férias de 30 dias já foram pagas com acréscimo de um terço."*

Nesse sentido, tendo em vista o arquivamento dos referidos projetos e a manutenção do posicionamento judicial divergente ou em contrário sobre as matérias, reapresentamos nossas propostas para a análise nesta Casa, que visam a reparar os prejuízos que os trabalhadores vêm sofrendo por não usufruírem adequadamente do direito ao adicional de 1/3 sobre o valor de suas férias gozadas ou não.

² http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/tst-confirma-que-terco-constitucional-de-ferias-nao-incide-sobre-abono-pecuniario

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Ilustres Pares para, mais uma vez, aprovar a presente proposta de interesse dos trabalhadores.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado CARLOS BEZERRA

2019-68